

Jaguaribe, 26 de Maio de 2015

Edição Nº: 2029

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE – AVISO DE ANULAÇÃO – A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jaguaribe – CE, localizada na Pc. Senador Virgílio Távora, S/N, Centro, torna público a **ANULAÇÃO** do PREGÃO PRESENCIAL Nº 13.03.01/2015, cujo objeto é o FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL EM GARRAFÕES DE 20 (VINTE) LITROS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE/CE, em razão de ilegalidade, Jaguaribe – CE, 19 de Maio de 2015. Leilane Kércia Barreto Soares – Pregoeira Oficial do Município.

*** **

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – JAGUARIBE COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO ELEITORAL EDITAL Nº 01/2015 O COLEGIADO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JAGUARIBE, no uso de suas atribuições legais, e conforme deliberação de reunião realizada no dia 14 de maio de 2015, torna público que, com fundamento nas disposições contidas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, bem como na Lei Municipal de nº 1.209/2014, de 01 de Julho de 2014, a resolução nº 10/15-COMDICA, a Resolução nº 92/2012-COMDICA, Resolução nº 11/2015-COMDICA e Resolução nº 170/2014-CONANDA, fica **CONVOCADO**, o Processo de Escolha para composição dos Conselhos Tutelares do Município de Jaguaribe, para o período 2016 a 2020, observado as seguintes condições: **1. DOS REQUISITOS E DOS REGISTROS DAS CANDIDATURAS** 1.1 Xérox dos documentos de Identidade, CPF e 01 foto 3x4 atualizada; 1.2- Reconhecida idoneidade moral, mediante apresentação de certidão de antecedentes criminais e cíveis expedida pela: Polícia Civil, Justiça Estadual e Justiça Federal; 1.3 - Idade superior a 21(vinte e um) anos; 1.4 - Residir no município há mais de 02 (dois) anos; Apresentar cópia de comprovante de endereço, xérox da conta de água e/ou conta de luz ou declaração expedida por duas pessoas idôneas reconhecendo firma das mesmas (modelo em anexo) ou documento policial. Lei 7.115/83; 1.5 - Escolaridade equivalente ao Ensino Médio completo, anexando, para tanto cópia do certificado de conclusão, ou histórico escolar, ou declaração reconhecido firma; 1.6- Possuir noções básicas em informática atestada através de xérox de certificado de conclusão do curso e/ou declaração da instituição comprovando que está cursando; 1.7 - Reconhecida experiência de no mínimo 02(dois) anos, no trato com crianças e adolescentes. Através de declaração reconhecida firma, ou papel timbrado da instituição de entidades que trabalhem ou tenham trabalhado com criança e adolescente; 1.8- Não terem sofrido penalidades de perda de mandato de conselheiro tutelar no período vigente (exclusivo para quem esteja exercendo o cargo de conselheiro tutelar); declaração dada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; 1.9- Estar no gozo dos direitos políticos. Comprovar através de certidão de quitação eleitoral ou xérox do comprovante da última eleição; 1.10 - Não exercer mandato político. Comprovar através de declaração em anexo; 1.11 - Não estar sendo processado criminalmente no município ou em qualquer outro deste País; 1.12- Não ter sofrido nenhuma condenação judicial, transitada em julgado, nos termos do artigo 129, da Lei Nº 8.069/1990; 1.13- Estar no pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar através de atestado médico; 1.14- Todos os documentos deverão ser entregues no ato da inscrição do candidato, não podendo ser entregues posteriormente ficando o candidato desclassificado. **2. DOS IMPEDIMENTOS** 2.1 Caso o candidato seja servidor Público, o mesmo deverá pedir afastamento do cargo para poder concorrer à eleição do Conselho Tutelar, o exercício do cargo é de dedicação exclusiva, vedada a acumulação de cargos ou funções. 2.2 - Fica estabelecido que o Conselheiro Tutelar que esteja no exercício do cargo pela segunda vez seguida não poderá mais se candidatar (Art.132 do ECA. 2.3- O art.140 do ECA: São impedimentos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendente e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado. Parágrafo único: Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital. **3. DAS INSCRIÇÕES E IMPUGNAÇÕES** 3.1 – As inscrições serão recebidas no prédio da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS), sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) localizada na Av. Maria Nizinha Campelo s/ nº, bairro Aldeota, antigo prédio da Tuboarte, das 07h30min às 13h00min às 17h00min. O Período da inscrição será de 28/05 à 18/06. 3.2 – A candidatura é individual e sem qualquer vinculação a partidos políticos, e o número do registro do candidato será dado pela ordem de sua inscrição, confirmado pela Comissão. 3.3 – Todos os que cumprirem as exigências deste Edital e forem considerados pré-requisitos pela Comissão Especial do Processo de Escolha dos Conselhos Tutelares ficam obrigados, **SOB PENA DE INDEFERIMENTO DA FICHA DE INSCRIÇÃO**, a participação da prova do certame, a ser realizada no dia 11 de julho de 2015, em local a ser posteriormente definido pelo Colegiado do CMDCA através de edital. 3.4 – Terminado o prazo de inscrição o Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente, mandará publicar Edital na imprensa local, informando o nome dos candidatos inscritos e fixando prazo de 05 (cinco) dias contando da publicação para o recebimento e impugnação por qualquer cidadão. 3.5- Vencido o prazo serão abertas visitas ao representante do

Ministério Público para eventual impugnação, do prazo de 05 (cinco) dias, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em igual prazo. 3.6 – Oferecida a impugnação, os autos serão encaminhados ao CMDCA para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. 3.7 – Os candidatos que tiverem seu registro impugnado serão notificados da impugnação, podendo apresentar recurso. A notificação será feita através de publicação no Diário Oficial do Município, imprensa local e do site oficial da Prefeitura Municipal de Jaguaribe. 3.8 – O prazo para apresentação de defesa dos candidatos impugnados e notificados será no período de 03 (três) dias a partir da notificação. 3.9– Da publicação dos candidatos aptos preliminarmente, caberá recursos ao CMDCA, em 02(dois) dias, decidindo este em igual prazo. **4. DA PROVA E APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS** 4.1 - Vencida as fases de impugnação e recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar Edital, indicando dia, horário, local, número de questões, tempo para realização da prova, tipo de prova, bem como os nomes dos candidatos habilitados para a realização da prova de suficiência. 4.2 - A classificação dos candidatos será feita com base em nota obtida em prova de múltipla escolha, sendo considerados habilitados ao pleito, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 06 (seis), ficando os demais automaticamente desclassificados. 4.3 - O conteúdo a ser estudado é o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº8.069/90 “ECA”) atualizado. 4.4 - Do resultado das provas caberá recurso ao CMDCA em 02(dois) dias, sendo os mesmos decidindo em até 02 (dois) dias. 4.5 - Considerar-se-ão candidatos aqueles que forem aprovados na prova de conhecimentos específicos. 4.6 - Definidos os candidatos que concorrerão ao pleito, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regulamentará o processo de escolha (Eleição), mediante Edital Publicado na imprensa local, Diário Oficial do Município, site oficial da Prefeitura Municipal de Jaguaribe, especificando o dia, horário e local, bem como a lista dos candidatos habilitados. 4.7 - A PUBLICIDADE deste processo eleitoral se dará através da comunicação de todos os atos através da imprensa local, Diário Oficial do Município, site oficial da Prefeitura Municipal de Jaguaribe. 4.8 - A escolha dos membros do Conselho Tutelar será feita pela comunidade local, através de processo de escolha realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público. 4.9 - A candidatura é individual e sem qualquer vinculação a partido político. **5. DA CAMPANHA E PROPAGANDA** 5.1 - É vedada a propaganda de candidatos nos veículos de comunicação social, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas. 5.2 - Aplica-se, no que couber, o disposto na legislação eleitoral em vigor, quanto ao exercício do sufrágio e à apuração dos votos. **6. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS.** 6.1- Concluída apuração dos votos, a Comissão de escolha proclamará resultado final, mandando divulgar através de imprensa local, Diário Oficial do Município, site oficial da Prefeitura Municipal de Jaguaribe, os nomes dos candidatos e número de sufrágios recebidos, em Edital, com prazo de 02 (dois) dias para impugnação dos escolhidos pela sociedade civil. 6.2 - Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação, como suplentes em número de no máximo, 10 (dez). 6.3 - Havendo empate na votação será considerado eleito o mais idoso, casado, com maior número de filhos ou por sorteio nesta ordem. 6.4 - Os escolhidos serão nomeados pelo Prefeito Municipal, tomando posse no cargo de Conselheiro Tutelar. **7. DA COMISSÃO ELEITORAL** 7.1- Fica criada a comissão Organizadora do processo eleitoral, composta por representantes das seguintes entidades:

COMISSÃO ELEITORAL

REPRESENTANTE	ENTIDADE/ORGÃO
Danielly Diógenes de Queiroz Presidente do CMDCA	SETAS
Márcia Maria da Silva Pinheiro Secretária Executiva do CMDCA	SEDUC
Maria da Glória Guedes das Neves Conselheira	SETAS
Maria das Graças Araújo	APAE
Rita Vieira Lopes	ONG - MARIETA CARLS
Maria Lúcia de Freitas Vitor	ONG - TUBOARTE
Raquel Lima Vitor	APOIO
Davi Pinheiro Lima	APOIO

Jaguaribe-CE, 26 de maio de 2015. Danielly Diógenes de Queiroz Presidente do CMDCA

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

NOME: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

Jaguaribe, 26 de Maio de 2015

Edição Nº: 2029

maio do ano de dois mil e quinze. JOSE ABNER NOGUEIRA DIOGENES
PINHEIRO Prefeito Municipal

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

*** ** *

ESTADO _____ CIVIL: _____ DATA _____ DE
NASCIMENTO: _____ RG: _____
ÓRGÃO EMISSOR: _____ CPF: _____ TÍTULO DE
ELETOR: _____ ZONA: _____ DOCUMENTOS: OBS:
(PREENCHIDO PELA COMISSÃO ELEITORAL) () XÉROX DE IDENTIDADE;
() XÉROX DE CPF; () CERTIDÃO DA POLÍCIA CÍVIL; () CERTIDÃO DA
JUSTIÇA ESTADUAL; () CERTIDÃO DA JUSTIÇA FEDERAL; () XÉROX DO
COMPROVANTE DE ENDEREÇO OU DECLARAÇÃO OU DOCUMENTO
POLICIAL; () XÉROX DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO
OU HISTÓRICO ECOLAR OU DECLARAÇÃO RECONHECIDA FIRMA; ()
XÉROX DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE INFORMÁTICA OU
DECLARAÇÃO QUE ESTÁ CURSANDO; () DECLARAÇÃO RECONHECIDA
FIRMA OU PAPEL TIMBRADO, QUE TRABALHEM NO TRATO COM CRIANÇAS
E ADOLESCENTES; () DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PENALIDADES DE
PERDA DE MANDATO DE CONSELHEIRO TUTELAR (EXCLUSIVO PARA
QUEM ESTEJA EXERCENDO O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR); ()
CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL OU COMPROVANTE DA ÚLTIMA
ELEIÇÃO; () DECLARAÇÃO (ANEXO 3) DO NÃO EXERCÍCIO DE MANDADO
POLÍTICO; () ATESTADO MÉDICO. JAGUARIBE
CE, _____ DE _____ DE 2015.

ASSINATURA _____ DO _____ CANDIDATO

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DA INSCRIÇÃO

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA Eu, _____
civil, _____, brasileiro (a), estado
profissão _____, portador do
RG _____ e N° de
CPF _____, DECLARO para comprovação de residência, sob
as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que sou residente no
endereço _____.

Declaro ainda, estar ciente de que falsidade da presente declaração pode implicar na
sanção penal prevista no art. 229 do Código Penal, conforme transição abaixo: "**Art. 229**
– Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou
nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o
fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato
juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos de multa, se o
documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".
Data: _____ Assinatura _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO DO NÃO EXERCÍCIO DE MANDADO POLÍTICO Eu, _____
civil, _____, brasileiro (a), estado
profissão _____, portador do
RG _____ e N° de
CPF _____, DECLARO que NÃO exerço mandato Político.

Declaro ainda, estar ciente de que falsidade da presente declaração pode implicar na
sanção penal prevista no art. 229 do Código Penal, conforme transição abaixo: "**Art. 229**
– Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou
nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o
fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato
juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos de multa, se o
documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".
Data: _____ Assinatura _____

*** ** *

*** ** *

ATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2015 O PREFEITO MUNICIPAL DE
JAGUARIBE-CE., Jose Abner Nogueira Diógenes Pinheiro, no uso de suas atribuições
legais estabelecidas em Lei Municipal, **RESOLVE:** Rescindir em 26.05.2015 Contrato nº
148/2015 de 27 de abril de 2015- Matrícula 130522-0 da prestadora de serviço Sra. **Luisa
Natalia de Souza Nogueira** do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotada na Secretaria
de Saude – SESAUI, deste município. Registre-se, Publique-se, Cumpra-se. **PAÇO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE-CE.,** ao vigésimo sexto dia do mês de

Portaria de Viagem Nº - 117/2015 Ordenador (a) de despesa do (a), Serviço
Autônomo de Água e Esgoto-Saae, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,
etc. Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem/deslocamento a Jaguaribe
com o seguinte objetivo: FAZER MEDIÇÕES DE REDES DE ÁGUA NO DISTRITO
DE FEITICEIRO. **RESOLVE** DESIGNAR FRANCISCO ELIDENES DA SILVA, para
efetuar a viagem/deslocamento a supra identificada e autorizar a Tesouraria do (a),
Serviço Autônomo de Água e Esgoto-Seae, a efetuar o pagamento de 1,0 Diária(s), valor
unitário de R\$ 28,00 (VINTE E OITO REAIS) totalizando R\$ 28,00 (VINTE E OITO
REAIS) para viagem/deslocamento a se realizar no período de 26/05/2015 a 26/05/2015.
REGISTRE-SE SE COMUNIQUE E CUMPRE-SE. Paço do Governo Municipal de
Jaguaribe em, 26 de Maio de 2015 **FRANCISCO RONALDO NUNES** Ordenador.

*** ** *

Portaria de Viagem Nº - 118/2015 Ordenador (a) de despesa do (a), Serviço
Autônomo de Água e Esgoto-Saae, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,
etc. Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem/deslocamento a Jaguaribe
com o seguinte objetivo: COLETAR ÁGUA PARA ANÁLISES BACTERIOLÓGICAS
E FÍSICO-QUÍMICAS NA COMUNIDADE VIEIRA FECHADO, E NOS DISTRITOS
DE FEITICEIRA E NOVA FLORESTA JUNTO AO LABORATÓRIO DO SERVIÇO
AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE, DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE-CE.
RESOLVE DESIGNAR FRANCISCO TADEU BARRETO PINHEIRO, para efetuar a
viagem/deslocamento a supra identificada e autorizar a Tesouraria do (a), Serviço
Autônomo de Água e Esgoto-Seae, a efetuar o pagamento de 1,0 Diária(s), valor unitário
de R\$ 28,00 (VINTE E OITO REAIS) totalizando R\$ 28,00 (VINTE E OITO REAIS)
para viagem/deslocamento a se realizar no período de 27/05/2015 a 27/05/2015.
REGISTRE-SE SE COMUNIQUE E CUMPRE-SE. Paço do Governo Municipal de
Jaguaribe em, 26 de Maio de 2015 **FRANCISCO RONALDO NUNES** Ordenador.

*** ** *

PORTARIA Nº 046.1 DE 26 DE MAIO DE 2015. O PREFEITO MUNICIPAL DE
JAGUARIBE-CE., José Abner Nogueira Diógenes Pinheiro, no uso de suas atribuições
legais, **CONSIDERANDO** a legislação em vigor, especialmente o inciso II, alínea a, do
Art. 114, da Lei 543/93, de 27 de novembro de 1993 que, permite a concessão da licença;
RESOLVE: Art. 1º. Conceder ao servidor municipal, **José Jozenir Alves de Oliveira**,
Auxiliar de Enfermagem, Matrícula nº **010539-2**, com lotação na Secretaria Municipal de
Saúde, licença por 08 dias consecutivos em razão do falecimento do seu pai, o Sr. Osmar
Alves Peixoto, ocorrido no dia 21.05.2015, sem qualquer prejuízo de seus vencimentos.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. PALÁCIO DA INTENDÊNCIA,
em 26 de maio de 2015. José Abner Nogueira Diógenes Pinheiro **Prefeito Municipal**

*** ** *

PORTARIA Nº 046.2 DE 26 DE MAIO DE 2015. O PREFEITO MUNICIPAL DE
JAGUARIBE-CE., José Abner Nogueira Diógenes Pinheiro, no uso de suas atribuições
legais, **CONSIDERANDO** a legislação em vigor, especialmente o inciso II, alínea a, do
Art. 114, da Lei 543/93, de 27 de novembro de 1993 que, permite a concessão da licença;
RESOLVE: Art. 1º. Conceder ao servidor municipal, **José Jozenir Alves de Oliveira**,
Professor de Educação Básica, Matrícula nº **100429-8**, com lotação na Secretaria
Municipal de Educação, licença por 08 dias consecutivos em razão do falecimento do seu
pai, o Sr. Osmar Alves Peixoto, ocorrido no dia 21.05.2015, sem qualquer prejuízo de
seus vencimentos. **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. PALÁCIO DA
INTENDÊNCIA,** em 26 de maio de 2015. José Abner Nogueira Diógenes Pinheiro
Prefeito Municipal

*** ** *